



[Handwritten signatures in blue ink]

Relatório de Atividades e Contas
2021





Índice

AGRADECIMENTO	4
EM POUCAS PALAVRAS	5
ANÁLISE DE ORGANIZAÇÃO.....	5
PRINCIPAIS ACTIVIDADES	6
INSTITUIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO.....	10
POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS	11
VOLUNTÁRIOS.....	12
RECURSOS	13
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	13
ASPECTOS RELEVANTES	13
ANEXOS.....	16
Doadores	16
INSTITUIÇÕES.....	17
1. INTRODUÇÃO	22
2. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS E GASTOS – ORÇAMENTO VERSUS REALIZADO	23
2.1. RENDIMENTOS E RÉDITOS.....	23
2.2. GASTOS E PERDAS	24
3. ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO	27
4. EXPECTATIVAS FUTURAS	30
5. INVESTIMENTOS.....	30
6. FACTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	31
7. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL.....	31
8. SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA.....	31
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO	31
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	34
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	35
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021	36
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.....	37
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	38



Handwritten signatures in blue ink:
Z
B
C
A
F
H

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



(Handwritten signatures in blue ink)

AGRADECIMENTO

A Direção do Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal, apresenta de forma sistematizada a atividade desenvolvida durante o ano de 2021.

A permanência em 2021 da pandemia da COVID que tem afetado o mundo desde março de 2020, também se fez sentir na nossa Instituição, obrigando a redefinir novos processos de funcionamento, por forma a manter a atividade sem interrupções e a garantir a segurança dos colaboradores e dos voluntários. Todavia, face a estes condicionalismos, a atividade do Banco Alimentar no ano de 2021, seguiu as suas linhas orientadoras traçadas no Plano de Atividades, nomeadamente, na luta contra o desperdício, contribuindo assim, para dar resposta no apoio alimentar aos problemas da fome e da exclusão social no distrito de Setúbal.

As campanhas de recolha de alimentos em supermercados com voluntários não puderam ser realizadas em 2020 devido às restrições relativas à COVID19. A participação na Rede de Emergência Alimentar, iniciativa proposta pela ENTRAJUDA, articulada nos Bancos Alimentares que a ela aderiram, e assente nas instituições de solidariedade social que no terreno operam, permitiu neste exercício de 2021, efetuar a campanha de recolha de alimentos, entre os dias 27 e 28 de novembro, com realce para o contributo de centenas de voluntários espalhados pelos 87 supermercados do distrito de Setúbal.

A Direção expressa e agradece publicamente a todos os que ajudaram a cumprir o objetivo de combater a pobreza e lutar contra o desperdício alimentar, nomeadamente:

- À população do Distrito de Setúbal, doadora de produtos alimentares recolhidos através das diversas campanhas produzidas em 2021;
- Às empresas doadoras que entregaram alimentos e nos prestaram apoio com serviços;
- Aos benfeitores que generosamente fizeram os seus donativos;
- Aos voluntários que ofereceram o seu tempo, esforço e saber;
- Aos colaboradores pelo desempenho das suas funções;
- Ao Instituto da Segurança Social, cujo protocolo existente, permite fazer face a algumas das nossas despesas;
- Às câmaras municipais do Distrito de Setúbal pelo seu apoio com donativos.

A todos, o nosso muito obrigado pela vossa generosa contribuição na luta contra o desperdício alimentar, permitindo deste modo levar às pessoas carenciadas os produtos alimentares!



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EM POUCAS PALAVRAS

	5 393	Toneladas de produtos recolhidos (equivalente a um valor de 6 585 mil €)
	31 252	Pessoas apoiadas
	124	Instituições de Solidariedade Social com apoio regular
	67	Instituições de Solidariedade Social com apoio pontual
	93	Doadores de alimentos
	225	Doadores de bens, serviços e outros produtos
	16	Colaboradores permanentes
	52	Voluntários efetivos
	2	Armazéns em Palmela e Vila Nova de Santo André
	2 100	m² de Espaço de armazenamento
	814	m³ Câmaras de refrigeração e congelação
	3	Viaturas pesada
	2	Viaturas ligeiras de mercadorias
	5	Empilhadores

ANÁLISE DE ORGANIZAÇÃO

Missão - Lutar contra o desperdício, recuperando produtos e entregando-os a quem se encontra em situação de carência alimentar, mobilizando pessoas e empresas, que a título voluntário se associam a esta causa no **distrito de Setúbal** e no **concelho de Odemira**.

Valores - **Dádiva, Partilha e Gratuidade**, são estes os princípios que conduzem todo o nosso trabalho.



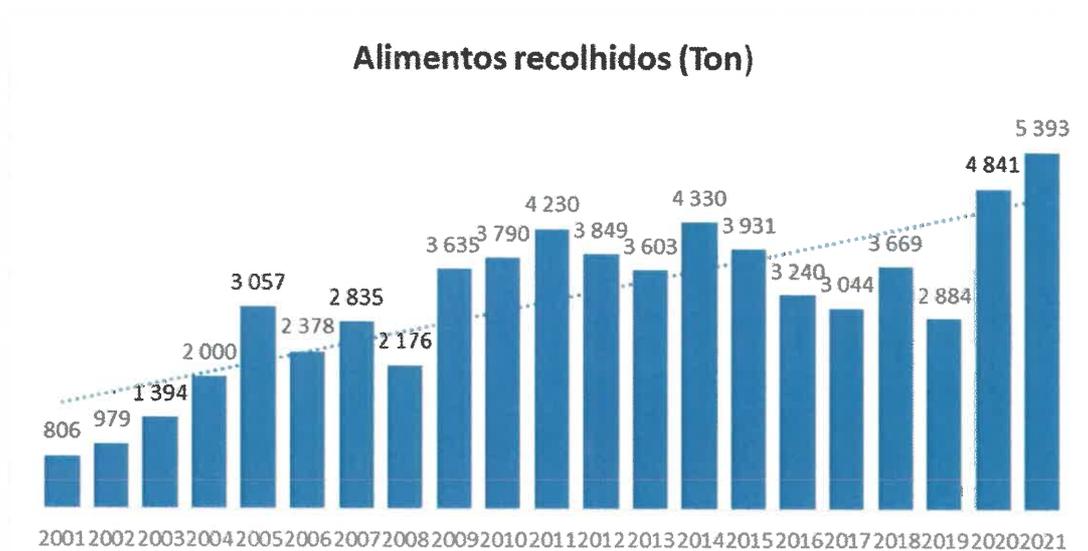
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Abastecimento

Durante o ano 2021, o Banco Alimentar de Setúbal mobilizou 5 393 toneladas de alimentos, tendo-se verificado um crescimento de 11,4% face ao ano anterior, sendo este, reflexo da aposta de uma nova dinâmica junto do sector agroalimentar.

Gráfico 1 - Evolução de produtos recolhidos 2001 a 2021



Durante o período em análise, houve uma diversificação das fontes de abastecimento. O Banco Alimentar de Setúbal contou com 109 doadores, que de uma forma estruturada apoiaram, com os mais variados tipos de alimentos. Destacam-se a indústria agroalimentar, que apresenta um nível de crescimento de 663 toneladas respetivamente. O **POAPMC** continua a ter uma posição preponderante, representando 30,2% da totalidade das fontes de abastecimento, como se pode constatar no quadro 1.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro 1 - Angariação por Fontes de Abastecimento

Fontes de Abastecimento	2020			2021			Desvio
	Kg	%	Euros	Kg	%	Euros	
Industria Agro-Alimentar	906 391	16,8%	902 775	1 567 248	29,1%	1 488 562	660 857
Campanha Recolha - Supermercados	16 475	0,3%	15 702	201 012	3,7%	219 752	184 537
Outros	1 803	0,0%	2 304	82 004	1,5%	105 368	80 201
Hortas Solidárias	1 608	0,0%	1 562	6 663	0,1%	5 022	5 055
Distribuição	483 878	9,0%	1 132 282	153 186	2,8%	423 039	330 692
Retiradas de Frutas e Horticolas - IFAP	659 929	12,2%	455 285	664 145	12,3%	499 091	4 216
Escola	-	0,0%	-	1 636	0,0%	1 854	1 636
POAPMC	1 786 914	33,1%	2 163 406	1 631 497	30,2%	2 571 429	155 417
Federação Portuguesa de Bancos Alimentares (*)	81 570	1,5%	91 450	490 193	9,1%	484 466	408 623
Banco Alimentar de Lisboa	610 399	11,3%	1 341 085	477 473	8,9%	686 752	132 925
Outros Bancos Alimentares	7 880	0,1%	5 910	-	0,0%	-	7 880
Donativos convertidos em produtos (**)	284 795	5,3%	282 110	118 381	2,2%	100 000	166 414
Total	4 841 642	89,8%	6 393 870	5 393 439	100,0%	6 585 335	551 796

(*) Inclui Rede de Emergência Alimentar

(**) Inclui #TodosJuntos

Consequência direta do aumento das fontes de abastecimento, foi o aumento de aproximadamente 552 toneladas de alimentos em resultado da intensificação dos abastecimentos junto da indústria agroalimentar, bem como da iniciativa #TodosJuntos. Assim, a capacidade de resposta do Banco Alimentar de Setúbal às instituições parceiras ganhou um novo ímpeto, proporcionando a atribuição de uma maior quantidade de alimentos não perecíveis essenciais.

Ainda assim, os alimentos perecíveis continuam a ser essenciais na distribuição às instituições, correspondendo a fruta e legumes frescos a 50% dos alimentos distribuídos, contribuindo assim para uma alimentação mais equilibrada e saudável.

Quadro 2 - Angariação por Tipologia de Géneros Alimentares

Tipologia de géneros alimentares	2020		2021		Variação 2021/2020	
	Kg	%	Kg	%	Variação %	Kg
Pao, Bolachas, Tostas e Aperitivos	92 580	1,9%	197 143	3,7%	113%	104 562
Cereais, chocolate, Sobremesas	90 012	1,9%	82 340	1,5%	-9%	7 673
Leite	713 552	14,7%	479 321	8,9%	-33%	234 231
Farinhas e Puré	7 757	0,2%	15 050	0,3%	94%	7 293
Massa e arroz	376 906	7,8%	516 107	9,6%	37%	139 201
Leguminosas	203 240	4,2%	259 849	4,8%	28%	56 609
Sopa, molhos, especiarias e conservas	117 166	2,4%	61 682	1,1%	-47%	55 484
Margarina, Manteiga, óleo e azeite	231 157	4,8%	158 679	2,9%	-31%	72 478
Acucares	28 270	0,6%	25 374	0,5%	-10%	2 896
Cons. Peixe	88 252	1,8%	24 011	0,4%	-73%	64 241
Charcutaria Enlatada	30 092	0,6%	115 024	2,1%	282%	84 933
Produtos Bebe	3 815	0,1%	1 708	0,0%	-55%	2 107
Refrigerantes e águas	98 890	2,0%	88 543	1,6%	-10%	10 347
logurtes, Queijos e Ovos	92 248	1,9%	97 395	1,8%	6%	5 147
Fruta Fresca	1 229 263	25,4%	1 447 632	26,8%	18%	218 369
Legumes	741 222	15,3%	1 244 589	23,1%	68%	503 367
Carne, saladas e peixe fresco	42 380	0,9%	20 052	0,4%	-53%	22 328
Outros Produtos	23 424	0,5%	24 574	0,5%	5%	1 150
Congelados	631 417	13,0%	534 367	9,9%	-15%	97 050
Total	4 841 642	100,0%	5 393 439	100,0%	11,4%	551 796



E

[Handwritten signatures]

A partilha de alimentos entre a **Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares** e entre os **Bancos Alimentares** continua presente no dia-a-dia, sendo uma mais-valia de que não queremos abdicar, através da qual nos permite aumentar e diversificar o apoio prestado às instituições parceiras.

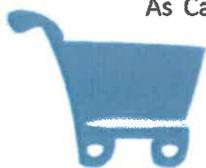
Projeto “Horta Solidária”



O projeto “Horta Solidária”, concretizado na Várzea de Setúbal, continua a produzir produtos hortícolas. Em 2021 obteve-se um resultado de 6.663 kg, o que representa um ligeiro acréscimo face a 2020. As restrições impostas pela pandemia, foram determinantes para este resultado, pois condicionaram e impossibilitaram a grande maioria dos trabalhos agrícolas dos reclusos.

No entanto, apesar do resultado deste ano, continuaremos a apostar neste tipo de projetos, não só pelo seu contributo desde seu início com a produção de 866 toneladas de alimentos, mas sobretudo, pelo seu principal objetivo - promoção de atividades de cariz laboral e social por parte dos reclusos, conferindo-lhes fatores de humanização e integração social.

Campanhas Anuais de Recolha de Alimentos não Perecíveis: Saco, “Ajuda Vale” e “Alimente esta Ideia”



As Campanhas Saco de maio e dezembro, atividades que mobilizam dezenas de voluntários que asseguram todo o processo de recolha, transporte e acondicionamento dos alimentos no armazém, devido ao contexto pandémico, foram retomadas com a campanha de novembro, ainda que com alguns constrangimentos, continuando, no entanto, a contar com o impulso dado no ano anterior as Campanhas “Ajuda Vale” e “Alimente esta Ideia”, esta última, uma iniciativa on-line. No ano 2021, no âmbito das Campanhas de Recolha de Alimentos, foram doados ao Banco Alimentar de Setúbal, 201 toneladas de alimentos.



Campanha “Toneladas de Ajuda”



A campanha “Toneladas de Ajuda” substituiu a “Papel por Alimentos” que ao longo dos últimos anos vigorou. Esta nova campanha em parceria com a Amarsul, pretende rentabilizar as sinergias já existentes na recolha de materiais recicláveis. Mantendo a sua vertente de ecológica na sensibilização e promoção da

reciclagem, para além do papel, diversifica o tipo de materiais como o plástico ou o vidro, procurando assim uma maior quantidade em alimentos convertidos.

Apesar de registar valores relativamente baixos durante 2021, consequência dos condicionalismos pandémicos e contexto atípico, é de destacar o envolvimento de Empresas, Serviços Públicos, Instituições e até Cidadãos, mantiveram presentes as preocupações sociais e ambientais através da participação nesta iniciativa. Foram assim entregues no Banco Alimentar 230 toneladas de papel que se traduziram em cerca de 26 toneladas de alimentos não perecíveis. A todos, o Banco Alimentar de Setúbal deixa o seu agradecimento.

Rede de Emergência Alimentar

A Rede de Emergência Alimentar, ação promovida pelo Banco Alimentar e a EntreAjuda, foi criada com o intuito de responder, de forma articulada e sistematizada, a pedidos de apoio alimentar, que resultaram das alterações socioeconómicas, provocadas pela Covid-19.

As instituições parceiras do Banco Alimentar de Setúbal e em particular aquelas que tem resposta de cabazes, integraram esta rede, para que numa lógica local, fosse atribuído apoio alimentar a novas situações que se encontravam em comprovada privação alimentar.

Por outro lado, a sociedade civil mobilizou-se em torno desta iniciativa, através da doação de fundos com os quais se tornou possível a aquisição de alimentos, que foram canalizados para dar resposta ao crescente aumento de pedidos de apoio alimentar, bem como para colmatar a redução de alimentos habitualmente são obtidos na “Campanha Saco”, dado que se realizou apenas a campanha de inverno.

Durante o ano de 2021, verificou-se um acréscimo nos alimentos distribuídos no âmbito da “Rede de Emergência Alimentar”. Esta iniciativa, permitiu manter o apoio regular às 125 instituições parceiras, com 238,6 toneladas de alimentos, possibilitando a resposta aos 1.811 pedidos apoio que surgiram neste âmbito.

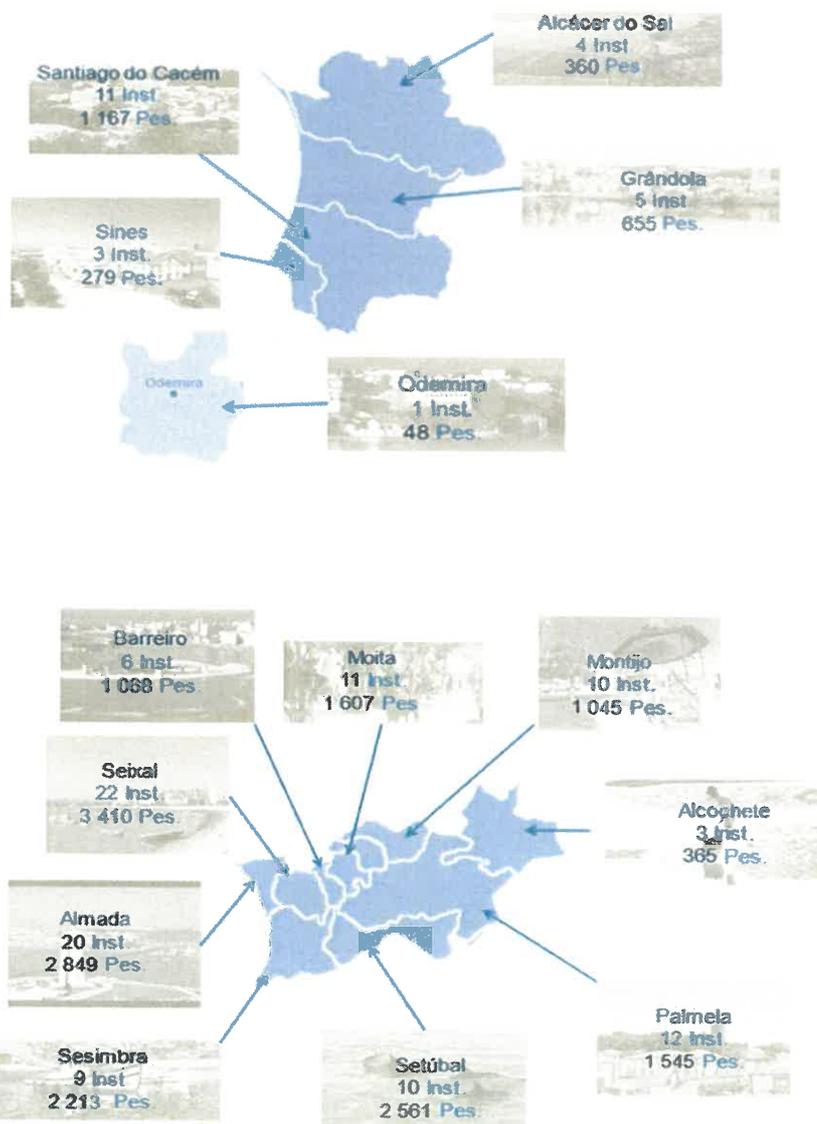


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

INSTITUIÇÕES E DISTRIBUIÇÃO

As Instituições de Solidariedade Social são parceiros insubstituíveis do Banco Alimentar Contra a Fome. O apoio alimentar a pessoas comprovadamente carenciadas, ocorre através de uma rede de instituições parceiras numa lógica de proximidade. São estas, que conhecem as famílias e promovem o apoio alimentar em complementaridade com outras respostas sociais, com o propósito de satisfazer necessidades básicas e gerar processos de autonomia.

Atualmente têm acordo com o Banco Alimentar de Setúbal 124 Instituições, das quais 24 se encontram no Litoral Alentejano e as restantes 100 na Península de Setúbal.





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em 2021, foram distribuídas 2.745 toneladas, o equivalente a 2.771 mil euros de alimentos às instituições de apoio regular. O armazém de Palmela manteve a distribuição diária, e o armazém de Vila Nova de Santo André uma distribuição quinzenal, que só se é possível, mediante o aumento substancial das doações de alimentos frescos e ao empenho da equipa de voluntários desse armazém.

Porém, o universo de instituições apoiadas é muito superior às de apoio regular. Existem 67 instituições de solidariedade social, que na impossibilidade de serem apoiadas de forma regular, beneficiaram, neste ano, de 492 toneladas de alimentos, o correspondente a 462 mil euros.

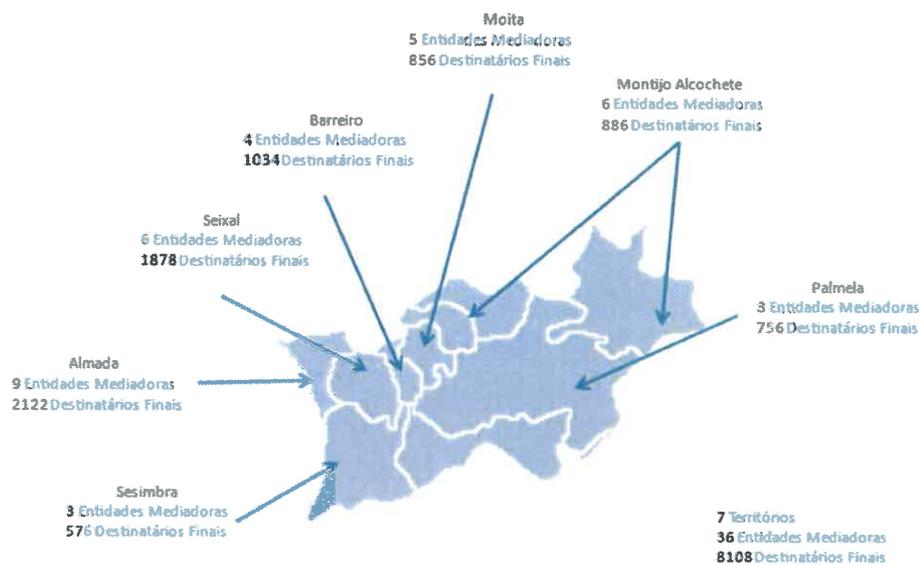
POAPMC - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

O **Banco Alimentar de Setúbal** é, desde 2017, entidade coordenadora do **POAPMC**. Este programa cofinanciado pela Comunidade Europeia e pelo Estado Português é um instrumento de promoção e de inclusão, através do combate à pobreza e à exclusão social. Com uma perspetiva inovadora, associa o apoio alimentar, a medidas de acompanhamento que capacitam as pessoas carenciadas para questões como a rentabilização dos seus recursos alimentares e financeiros.

No ano em apreço, deu-se continuidade a execução física das operações da segunda fase deste programa, nos Territórios de Almada, Barreiro, Moita, Montijo-Alcochete, Palmela, Seixal e Sesimbra, procurando dar a melhor resposta as 36 instituições parceiras, com o objetivo de aproximar o apoio aos destinatários finais.



(Handwritten signatures and initials in blue ink)



UNIAO EUROPEIA
Fundação de Apoio às Entidades do Passadouro para Crianças e Jovens

Em 2021 manteve-se o apoio 8.108 beneficiários, pessoas em comprovada situação de carência alimentar, em resultado da permanência no contexto socioeconómico decorrente da Covid-19, ainda que com alguma irregularidade no capaz de alimentos entregue.

Durante o ano de 2020, o **Banco Alimentar de Setúbal** movimentou 1.631 toneladas de alimentos secos, frescos e congelados, o equivalente a 2.571 mil euros, que foram entregues às entidades mediadoras, que por sua vez, os entregaram aos destinatários finais.

VOLUNTÁRIOS

O **Banco de Alimentar de Setúbal** conta com a colaboração de voluntários para a realização da sua atividade. Constituem uma comunidade com motivação para alcançar o sucesso da missão desta instituição e contribuir para a humanização dos serviços prestados às instituições parceiras.

O trabalho realizado pelos voluntários traduz-se num importante valor, representando uma mais-valia económica e social, habitualmente não contabilizada. A economia de custos atribuíveis a estes recursos e a variedade de atividades desempenhadas, são ativos essenciais para a sustentabilidade deste Banco Alimentar.



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

RECURSOS

Para o desenvolvimento da sua atividade, o **Banco Alimentar de Setúbal** obtém fundos de empresas, particulares e Estado. Estes fundos são de particular relevância e somente utilizados para a atividade corrente, sendo o Resultado Líquido do Exercício de 2021 produto da entrada de verba financeira proveniente de donativos de entidades coletivas e individuais, da comparticipação da Segurança Social e Câmaras Municipais do distrito de Setúbal, deduzidos dos custos de funcionamento e das amortizações.

Durante o ano de 2021, procurou-se consolidar a relação com todos os que já aderiram à missão do **Banco Alimentar de Setúbal**, desenvolvendo com muitos deles, várias iniciativas com o objetivo de criar uma verdadeira colaboração de longo prazo.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

- O **Banco Alimentar de Setúbal** desenvolve um trabalho em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares e com todos os Bancos Alimentares, numa ótica de troca de experiências e partilha de conhecimento, em particular com aqueles que, como nós, aceitaram o desafio de se candidatar ao POAPMC.
- Dada à exigência do contexto pandémico, o **Banco Alimentar de Setúbal** manteve as relações estreitas com as estruturas concelhias que dinamizam as respostas de apoio alimentar na comunidade. Para esse efeito, participou em sucessivas reuniões, com o objetivo comum de melhoria da eficácia das respostas já existentes.
- O **Banco Alimentar de Setúbal** participou em ações de formação promovidas pela Entreejada numa aposta de melhoria continua dos recursos humanos de que dispõem.

ASPECTOS RELEVANTES

Salientam-se alguns factos relevantes para a atividade do Banco Alimentar em 2021:

- ✓ Prosseguiu o acolhimento de prestadores de tarefas a favor da comunidade, que executaram trabalhos em armazém. Com esta atividade complementar, pretende-se mostrar novos caminhos e promover uma maior confiança nas suas competências sociais.
- ✓ No sentido de revitalizar o papel dos Intervenientes da educação do nosso distrito na vida do Banco Alimentar, estabeleceram-se parcerias com diversas escolas, bem como com os escalões de formação do Vitória Futebol Clube, tendo em vista a dinamização para ações de voluntariado pontuais ou regulares nas nossas instalações, bem como o incentivo a participação nas campanhas.



E
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Pretende-se assim junto das crianças e jovens, incentivar a uma contribuição mais ativa no voluntariado, na luta contra o desperdício de alimentos e na ajuda aos mais necessitados.

- ✓ Nos primeiros meses do ano, prosseguiu o projeto com o **Agrupamento de Escolas Michel Giacometti** e a **Junta de Freguesia da Quinta do Conde**, para a realização de estágios de alunos com necessidades educativas especiais.
- ✓ Realizou-se uma profunda reestruturação nas instalações com obras de beneficiação, resultando numa melhoria e aumento das áreas administrativas, bem como de uma rentabilização de algumas áreas de armazenamento de produtos.
- ✓ Preservou-se o protocolo com a **Quali+** com o objetivo de colocar em execução boas práticas de higiene alimentar, para manter a certificação da qualidade.
- ✓ Tendo em vista uma resposta mais adequada as solicitações resultantes do aumento dos donativos de produtos frescos e das exigências do programa POAPMC com o transporte de produtos congelados, reforçou-se a frota de viaturas pesadas refrigeradas com a aquisição de uma viatura Scania de 8 ton.
- ✓ Restabeleceu-se a relação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional com a integração de um Estágio Profissional de Serviço Social na área social e com quatro candidaturas à Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, o que permitiu aumentar o quadro de recursos humanos, nos serviços administrativos e logísticos, em mais oito colaboradores, dos quais se destaca um coordenador no Armazém de Vila Nova de Santo André.

A Direção do **Banco Alimentar Contra a Fome de Setúbal**, no final de mais um ano de atividade, agradece de uma forma especial, aos colaboradores do Banco, que de uma forma desinteressada, deram muito do seu tempo de descanso para contribuir para o êxito deste projeto.



Palmela, 17 março de 2021

A Direção

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



ANEXOS

Doadores

TIPO	ENTIDADES
Instalações/Renda	Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Junta de Freguesia de Santo André e Serva - Comércio e Empreendimentos Imobiliários, Lda.
Equipamentos/Reparações e Material de escritório	ALMAQUE, Lda., Banco de Bens Doados, Broomtec, Entrajuda, Esnova, FLM - Oficina Auto, Lda., Miraventos Artes Gráficas, Tipografia Poular A. Palaio, Vancarteq e V.A.F. Reparação de Camiões, Lda.
Serviços	AMTCONTA, Almas Industries, Lda, António Salsinha Carapinha, Bestfriger - Sistemas de Refrigeração, Lda., Bombaqua, Lda., Centro Metrológico Médio e Sul do Tejo, City Print, Civiparts, CORRENTE - Publicidade e Comunicação, Unip., Elis, Endless Tech - Sistemas de Informação, Enforce - Engenharia da Energia, SA, Ergolabor, Elephantformula Unipessoal, Lda., Fonte Viva, José Lourenço, Pneus e Combustíveis, Lda., Mavcenter, Lda., Olimec, Lda., Pneus City, Lda., Judite Maria, Pláscart - Materiais de Embalagem, Lda., Patamar Diálogo, Sofia Gomes Nunes, Unip., Lda., Qualidefender, Lda., Trulynoién - Serviços de Prot. Ambiental, Lda., Securfire, Securitas Direct, Servirent, Socidois, Pestox, Am3E - Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, Lda, Câmara Municipal de Palmela, Europac & Recicla Portugal, SA., Plastidom - Plásticos Industriais e Domésticos, SA, Repsol Polimeros, SA., SECL - Companhia Geral de Cal e Cimento, Vendap, SA.
Comunicação Social	Diário do Barreiro, Ecos de Grândola, Jornal Correio da Manhã, Jornal Público, Jornal do Montijo, Jornal Litoral Alentejano, Jornal do Pinhal Novo, Jornal de Sesimbra, Jornal Primeira Página, Jornal Almada Press, Jornal de Setúbal, Jornal do Seixal, Jornal da Moita, Jornal do Barreiro, Losango Mágico, Notícias de Sines, Notícias de Setúbal, Notícias do Barreiro, O Setubalense e SemMais Jornal, Antena Mirobriga, Rádio Sim, Rádio Voz de Setúbal, Rádio Azul, Rádio Baía, Rádio Sesimbra FM, Rádio Som do Pinhal, Rádio Popular FM, Rádio Clube de Grândola, Rádio Mira Sado e Rádio Sines
Telecomunicações	Meo e JM Soares, Lda.
Publicidade/Transportes	Transportes Martinho & Silva, Lda.
Consultoria e Apoio Técnico	Alicontrol, Ergolabor
Hortas Solidárias	SAPEC AGRO e Germiplanta
Doação de Géneros Alimentares	Iberian Salads Agricultura, SA, Associação Adventista Desenvolvimento, Recursos e Assistência, CNC - Companhia Nacional de Carnes, Lda., Parmalat Portugal, SA, Eurofrozen, SA, PrimoHorta, Delta Cafés, Best Meal - Indústria Alimentar, Lda., Vitorino Augusto Nascimento Gonçalves, Fábrica das Tortas Azeitonense, Lda, Batatas Patrício - Produtos Alimentares Lda, Alfeu Augusto Gonçalves, Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas S.A., Astrobalance - Comércio Unipessoal, Lda, DDO - Derivados de Ovos, Lda, Soregi - Frutas e Legumes, Lda, Real Bolos, Lda, Sociedade Agrícola Pinheiro da Cruz, Lda, Frutalmente S.A., T-Systems ITC Ibérica, NACEX, Jorge Caseiro - Comercio de Produtos Alimentares, Lda, Pastelaria Anjo Doce, Panificadora Mestre Lopes, Pizzaria do Bomfim, Guylian Portugal, Lda., donativos particulares (em géneros), Base Naval do Alfeite, Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro, Guarda Nacional Republicana - Unidade de Controlo Costeiro, ProNatural, Pingo Doce S.A., Modelo Continente Hipermercados, S.A., Modelo Continente Hipermercados, S.A., ALDI AROEIRA, E. Lederc - Montijodis - Soc. Distribuição, SA, Jerónimo Martins - Distribuição de Produtos de Consumo, Lda., LIDL & CIA, FIMA/VG - Distribuição de Produtos Alimentares, Lda., Makro, Colmeia do Minho, UNIARME - União de Armazenistas de Mercarias, C.R.L., Plastidom, A.Centazzi, Lda, Russo dos Caracóis, Vitor Alves & Antonieta Alves, Lda, Central de Frutas do Painho, Frutus - Estação Fruteira de Montejunto, CRL, Campotec - Comercialização e Consultadoria de Hortofrutícolas, SA, Frutalvor, COOPVAL - Coop. Agr. dos Fruticultores do Cadaval C.R.L., HortaPronta - Hortas do Oeste, S.A., OMeiro.OP SA, Granfer - Produtores de Frutas, CRL, Frutoeste - Coop.Agr.Hortof.do Oeste, CRL,Obirocha, CRL, Frusoal - Frutas Sotavento Algarve Lda, CACIAL - Coop. Agrícola de Citricultores do Algarve CRL, Cooperativa Agrícola Bombarral, CRL, LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A., SOGENAVE, AVIBOM- Avícola, S.A., CALIMENTA- Ind. de Conf. e Conservas de Frutas, S.A., CISTER - Industria de Produtos Alimentares, Lda, FÁBRICA DE CONSERVAS A POVEIRA, S.A., Bastos Amorim Araujo, Os Grante - Industria & distribuição Alimentar, Lda, Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, Banco Alimentar de Lisboa, Banco Alimentar do Algarve



INSTITUIÇÕES

Instituições de Apoio Regular

A Galha - Associação para o Desenvolvimento de Porto Covo
AADIES - Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas do Sado
ABAS - Associação de Beneficência, Amizade e Solidariedade
ADRA - Associação Desenvolvimento e Recursos Adventista - Setúbal
ADRA Barreiro - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
ADRA da Baixa da Banheira - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência
Agrupamento de Escolas da Caparica
AIGAST - Associação de Imigrantes Guineenses e Amigos Sul do Tejo
AISGRA - Associação Intervenção Social de Grândola
Alma Alentejana - Associação para o Desenvolvimento, Cooperação e Solidariedade Social
Apoio Fraternal da Paróquia da Sagrada Família de Vila Nova Caparica
Apoio Fraternal da Paróquia de Cristo Rei
Apoio Fraternal da Paróquia do Imaculado Coração de Maria de Vale Figueira
Apoio Fraternal da Paróquia Nossa Senhora do Livramento da Sobreda
APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
ARIFA - Associação de Reformados e Idosos da Freguesia da Amora
ARPI - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Pinhal Novo
ARPIA - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Arrentela
ARPIF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Fogueteiro
ARPIFF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fernão Ferro
ARPIPF - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pinhal de Frades
Associação Almadense Rumo ao Futuro
Associação Baptista Shalom
Associação Caminho do Bem-Fazer

Associação Centro Jovem Tejo - Comunidade Terapêutica "Luís Barros"
Associação de Ajuda Humanitária "Dá-me a tua Mão"
Associação de Bem Estar Social da Freguesia de Santa Cruz
Associação de Convívio para Idosos de Cabanas
Associação de Leigos Nova Esperança
Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega
Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras
Associação de Solidariedade Cabo-verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo
Associação de Solidariedade Social da Freguesia Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
Associação do Lar de Idosos de Pegões
Associação Externato de Santa Joana
Associação Jubileu Mais
Associação Religiosa da Igreja Evangélica de Alcaniça
Associação Sol Nascente - Recuperação de Toxicodependentes
Associação Vale de Acor
AURPI - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Paio Pires
AURPIA - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Amora
AURPICAS - Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcácer do Sal
AURPIM - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Miratejo
AURPIS - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos do Seixal
AURPITM - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Torre da Marinha
Cáritas Paroquial de Nossa Senhora da Atalaia
Cáritas Paroquial de Sines
CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo da Delegação de Azeitão
Casa de Deus Igreja Cristã
Casa do Povo Cercal do Alentejo
Casa do Povo de Alvalade
Casa do Povo de Azinheira de Barros
Casa do Povo de Melides
Casa do Povo de Palmela
Casa do Povo de Sesimbra
CASQUZ - Centro de Apoio Sócio Cultural Unidade Zambujalense



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

CATICA - Centro Assistência Terceira Idade Coia e Arredores	Conferência Vicentina Nossa Senhora da Boa Viagem - Moita
CENSA - Centro Social de São Brás de Samouco	Conferência Vicentina Nossa Senhora da Concordia
Centro Comunitário da Quinta do Conde	Conferência Vicentina Nossa Senhora da Penha - Grândola
Centro Cultural dos Bairros São João e Olival Queimado	Conferência Vicentina Senhor do Bonfim
Centro de Assistência Paroquial da Amora	CRIAR- T Associação de Solidariedade
Centro de Dia São Francisco da Serra	CRIVA - Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira
Centro infantil Quinta Nova	Elim Igreja Cristã
Centro Jovem Tabor	Fábrica da Igreja da Paróquia da Sagrada Família de Miratejo / Laranjeiro
Centro Paroquial de Ação Social da Moita	Fábrica da Igreja do Lugar de Vale de Milhaços
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Fernão Ferro	Fábrica da Igreja Paroquial da Imaculada Conceição (Apoio Fraterno)
Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo de Sesimbra	Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria/Cáritas Paroquial de Santa Maria
Centro Paroquial de Ação Social Padre Manuel Gonçalves	Fundação Arcelina Victor dos Santos
Centro Social "O Bom Samaritano"	Fundação Santa Rafaela Maria
Centro Social Comunitário e Paroquial de São José da Charneca da Caparica	Grupo Socio Caritativo - Igreja Nossa Senhora das Graças Poceirão
Centro Social da Quinta do Anjo	Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de Santa Maria - Barreiro
Centro Social de Palmela	Grupo Sócio Caritativo da Paróquia de São Brás de Samouco
Centro Social de Santa Susana	Grupo Sócio Caritativo de Alcochete
Centro Social e Paroquial de Corroios	Grupo Sócio Caritativo de Fernão Ferro
Centro Social e Paroquial de Santa Maria "O Farol"	Grupo Sócio Caritativo de Nossa Senhora da Conceição do Afonsoeiro
Centro Social e Paroquial de Santo André - Casa dos Rapazes	Grupo Sócio Caritativo S. Pedro da Marateca
Centro Social e Paroquial de São Lourenço de Alhos Vedros	Grupo Socio Caritativo de Voluntários - Encontra a Esperança - Paróquia da Quinta do Conde
Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Atalaia	Igreja Evangélica "Luz das Nações"
Centro Social Paroquial de Cristo Rei	Igreja Evangélica do Alto do Moinho
Centro Social Paroquial de Santa Maria "O Moinho"	Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes
Centro Social Paroquial de São Pedro da Comporta	Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes
Centro Social Paroquial de São Pedro da Trafaria	LATI - Liga dos Amigos da Terceira Idade
Centro Social Paroquial Imaculada Conceição - Lar Padre Roberto Sequeira	Núcleo Sócio Caritativo Alimentar da Paróquia de Pinhal Novo
Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição da Costa da Caparica	Questão de Equilíbrio - Associação de Educação e Inserção de Jovens
Centro Social Paroquial Padre Abílio Mendes	Santa Casa da Misericórdia de Almada
Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro	Santa Casa da Misericórdia de Canha
CERCIGRÂNDOLA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados Crl	Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
CERCIMB - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Moita e Barreiro	Santa Casa da Misericórdia de Sines
Cercizimbra - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados	União de Freguesias de Pegões
Comissão Social da Freguesia de Atalaia e Alto Estanqueiro-Jardia	União Social Sol Crescente da Marateca
Conferência Vicentina de Nossa Senhora do Monte Sião	
Conferência Vicentina de São Tiago e de São João de Deus	
Conferência Vicentina de São Tiago e de São João de Deus	



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Instituições de Apoio Extra

AD-SUMUS - Associação de Imigrantes de Almada
ADT - Associação para o Desenvolvimento do Torrão
AIPICA - Associação de Iniciativas Populares para a Infância do Concelho de Almada
AIRP Poceirão - Associação de Idosos e Reformados da Freguesia do Poceirão
ARPILF - Associação Reformados, Pensionistas e Idosos do Laranjeiro - Feijó
Associação Betel - Almada
Associação Cais Terapia
Associação de Moradores do Bairro da Liberdade - Infantário "O Escorrega"
Associação dos Idosos de Palmela
Associação Gerações Sorriso
Associação Humanitária e Bem Fazer de São Paulo
Associação Litoral Alentejano
Associação Meninos de Ouro
Associação Pontes de Afeto
Associação Reformados Idosos Vila Nova Milfontes
AURPIA - Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos de Azeitão
AURPIL - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Lavradio
Cáritas Paroquial de Melides
CASA - Centro de Apoio ao Sem-Abrigo da Delegação de Setúbal
Casa de Nossa Senhora da Saúde
Casa do Gaiato - Obra da Rua
Casa do Povo de Azeitão
Casa do Povo de São Domingos
Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro/Feijó
Centro Comunitário de São Sebastião - Centro Social Paroquial de São Sebastião
Centro de Convívio dos Reformados, Pensionistas e Idosos do Montijo
Centro Social do Carvalhal
Centro Social e Paroquial de Almada
Centro Social Paroquial de Pinhal Novo
Centro Social Rio de Moinhos Sado
Cerciago

Cercisa - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Seixal e de Almada
CRIBB - Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira Cruz Vermelha de Setúbal
CURPIC - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Charneca
Erguer - Associação de Reabilitação de Toxicodependentes
Espiga-Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição - Grupo Ajuda Fraterna da Paróquia do Seixal
Fundação COI
Fundação Robert Kalley
Grupo Juntos Somos Mais Fortes
Igreja Cristã Luz e Esperança
Instituto dos Ferroviários
Instituto Filhas Maria Auxiliadora - Casa de Santa Ana
Instituto Novo Ser
Jardim de Infância D. Pedro IV
Junta de Freguesia da Charneca da Caparica e Sobreda
Junta de Freguesia da Quinta do Anjo
Liga de Amigos do Hospital Garcia da Orta
Liga dos Amigos da Quinta do Conde
Nós-Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente
Persona Associação para a Promoção da Saúde Mental
Raríssimas - Casa dos Marcos
Re-food Barreiro
Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social
Santa Casa da Misericórdia de Alcácer do Sal
Santa Casa da Misericórdia de Alcochete
Santa Casa da Misericórdia de Grândola
Santa Casa da Misericórdia de Palmela
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal
Santa Casa da Misericórdia do Barreiro
Santa Casa da Misericórdia do Montijo
Santa Casa da Misericórdia do Torrão
SDUB Os Franceses
União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas
União Mutualista Nossa Senhora Conceição
URPICA - União de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Almada
Venerável Ordem Terceira da Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade de Setúbal - Residência Monte Carmelo



E

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Banco Alimentar de Beja

Banco Alimentar de Évora

Banco Alimentar de Lisboa

Banco Alimentar de Portalegre

Banco Alimentar do Algarve

Banco Alimentar do Porto

Nós - Associação de Pais e Técnicos para a Integração do

Deficiente

Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social

Santa Casa da Misericórdia de Almada

Santa Casa da Misericórdia de Canha

Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra

Santa Casa da Misericórdia do Seixal

União Mutualista do Montijo

União Sol Crescente da Marateca

Entidades Mediadoras do POAPMC

Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo

Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro

CENSA - Centro Social de São Brás de Samouco

Centro Comunitário da Quinta do Conde

Centro Comunitário de Promoção Social do Laranjeiro/Feijó

Centro de Assistência à 3ª Idade de Coina e Arredores

Centro de Assistência Paroquial da Amora

Centro de Convívio dos Reformados Pensionista e Idosos do Montijo

Centro de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira

Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira

Centro Paroquial de Bem Estar Social de Fernão Ferro

Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Arrentela

Centro Paroquial de Bem-Estar Social do Castelo de Sesimbra

Centro Paroquial de Vale Figueira

Centro Social de Quinta do Anjo

Centro Social e Paroquial de Corroios

Centro Social e Paroquial de S. Lourenço de Alhos Vedros

Centro Social e Paroquial de Santo André

Centro Social Paroquial de Almada

Centro Social Paroquial de Cristo Rei

Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Conceição

Centro Social Paroquial Padre Abílio Mendes

Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro

CERCIMA – Cooperativa de Educação e Reabilitação do

Cidadão Inadaptado Montijo E Alcochete, CrI

CRIAR- T Associação de Solidariedade

Fundação AMI - Porta Amiga de Almada

Fundação COI

Fundação Santa Rafaela Maria



Membro da

Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares



[Handwritten signatures in blue ink]

ANÁLISE FINANCEIRA



E

A

Chaves

Paulo

de

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao disposto na alínea c), nº 1 do artigo 33º dos Estatutos do **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL**, a Direção submete à Vossa apreciação, discussão e votação o presente Relatório de Atividades e Contas de 2021 documento este que, em conformidade com o disposto na alínea b), nº 1 do artigo 38º dos mesmos Estatutos, vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

O principal objetivo do Relatório de Atividades e Contas é o de colocar à disposição dos Associados toda a informação que permite a correta avaliação do desempenho da Instituição, constituindo uma oportunidade para explicar aos diversos interessados as prioridades estratégicas do exercício, face ao enquadramento económico e regulamentar, caracterizar a atividade das áreas de intervenção e analisar o seu efeito do ponto de vista económico e financeiro.

A redação final foi submetida a aprovação da Direção e posteriormente ao Conselho Fiscal para análise e emissão do seu parecer.

Após aprovação pelo Conselho Fiscal os documentos contabilísticos serão apresentados à Assembleia Geral para aprovação, sendo posteriormente submetidos na plataforma eletrónica da Segurança Social criada para o efeito – OCIP, onde serão verificados, validados e visados pelo ISS.



2. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS E GASTOS – ORÇAMENTO VERSUS REALIZADO

O Resultado Líquido do Período em 2021 foi positivo em 160.714,03€, sendo que o Resultado Líquido do Período previsional para igual período era 61.020,64€, registando-se assim uma variação positiva de 99.693,39€ (163%).

No âmbito do Plano de Atividades e Orçamento aprovados, apresentamos os mapas de pormenor com a informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamento	Realizado	Diferença	%
Subsídios, doações e legados à exploração	4.740.778,11	4.385.344,03	(355.434,08)	-7,5 %
Fornecimentos e serviços externos	(170.016,36)	(221.011,67)	(50.995,31)	30,0 %
Gastos com o pessoal	(212.182,62)	(262.837,06)	(50.654,44)	23,9 %
Outros rendimentos e ganhos	32.300,00	10.053,15	(22.246,85)	-68,9 %
Outros gastos e perdas	(4.306.432,49)	(3.694.201,74)	612.230,75	-14,2 %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	84.446,64	217.346,71	132.900,07	157,4 %
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(23.926,00)	(56.632,68)	(32.706,68)	136,7 %
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)	60.520,64	160.714,03	100.193,39	165,6 %
Juros e rendimentos similares obtidos	500,00	0,00	(500,00)	0,0 %
Resultado antes de impostos	61.020,64	160.714,03	99.693,39	163,4 %
Resultado líquido do período	61.020,64	160.714,03	99.693,39	163,4 %

2.1. RENDIMENTOS E RÉDITOS

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de 4.395.397,18 euros:

Rubricas	Orçamento 2021	Realizado 2021	Desvio	%
Subsídios, doações e legados à exploração	4.740.778,11	4.385.344,03	-355.434,08	-7%
Outros rendimentos e ganhos	32.300,00	10.053,15	-22.246,85	-69%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	500,00	0,00	-500,00	-100%
Total	4.773.578,11	4.395.397,18	-378.180,93	-8%

Constatamos que a execução orçamental, comparativamente com o valor previsional de 4.773.578,11€, resulta um desvio negativo de -378.180,93€ (8%), para os valores orçamentados.

O referido desvio deve-se essencialmente à rubrica “*Subsídios, doações e legados à exploração*”, sendo o valor orçamentado de 4.740.778,11€, para o valor realizado de 4.385.344,03€, desvio de menos -355.430,08€ (7%).



No quadro seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:

Rubricas	Orçamento 2021	Realizado 2021	Desvio	%
RENDIMENTOS	4.773.578,11	4.395.397,18	-378.180,93	-8%
Subsídios, doações e legados à exploração	4.740.778,11	4.385.344,03	-355.434,08	-7%
Subsídios do Estado e outros entes públicos	331.545,62	492.223,62	160.678,00	48%
Subsídios de outras entidades	25.000,00	60.800,00	35.800,00	143%
Doações e heranças - (Donativos)	4.384.232,49	3.832.320,41	-551.912,08	-13%
Outros rendimentos e ganhos	32.300,00	10.053,15	-22.246,85	-69%
Rendimentos suplementares	800,00	915,64	115,64	14%
Outros rendimentos suplementares	800,00	915,64	115,64	14%
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	8.342,85	8.342,85	
Outros	31.500,00	794,66	-30.705,34	-97%
Restituição de impostos	26.500,00	794,16	-25.705,84	-97%
Outros não especificados	5.000,00	0,50	-4.999,50	-100%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	500,00	0,00	-500,00	-100%
Juros obtidos	500,00	0,00	-500,00	-100%
De depósitos	500,00	0,00	-500,00	-100%

Não obstante alguma variação entre rubricas, o nível de execução orçamental tem um grau ligeiramente abaixo do valor orçamentado para 2021 em 8%.

2.2. GASTOS E PERDAS

Constatamos que a execução orçamental para as rubricas de gastos e perdas foi 4.234.874,32€, comparativamente com o valor previsional de 4.712.557,47€, inferior em -477.874,32€ (10%) com o valor orçamentado para 2021, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Rubricas	Orçamento 2021	Realizado 2021	Desvio	%
Fornecimentos e serviços externos	170.016,36	221.011,67	50.995,31	30%
Gastos com o pessoal	212.182,62	262.837,06	50.654,44	24%
Gastos de depreciação e de amortização	23.926,00	56.632,68	32.706,68	137%
Outros gastos e perdas	4.306.432,49	3.694.201,62	-612.230,87	-14%
Gastos e perdas financiamento	0,00	0,12	0,12	
Total	4.712.557,47	4.234.683,15	-477.874,32	-10%

Da análise, na rubrica “Fornecimentos e serviços de terceiros”, verifica-se um aumento dos gastos em mais 50.995,31€ (30%), comparativamente com o orçamento.

Este aumento verifica-se essencialmente na rubrica “Conservação e reparação”, com viaturas pesadas, na rubrica “Combustíveis”, na rubrica de “Transporte de mercadorias” e na rubrica de “Eletricidade”, motivado pelo acréscimo de receção e distribuição de bens alimentares do programa POAPMC, às entidades mediadoras.



Na rubrica **“Gastos com o pessoal”**, verifica-se um aumento de 50.654,44€ (30%), comparativamente com o orçamento. Este desvio reflete o aumento do quadro de pessoal, nomeadamente com os bolseiros do programa **“MARES”**, subsidiados pelo IEFP, bem como um ajustamento e atualização da massa salarial.

Na rubrica **“Gastos de depreciação e de amortização”** verifica-se um aumento comparativamente com a execução orçamental de 32.706,68€ (137%), face ao comparativo com o orçamento. Este desvio resulta do facto da Instituição ter procedido a diversos investimentos em infraestruturas, na aquisição de uma viatura pesada de mercadorias e diverso equipamento de movimentação de produtos alimentares.

A rubrica **“Outros gastos e perdas”** refere-se essencialmente à doação de bens alimentares às diversas Instituições apoiadas para posterior distribuição aos seus beneficiários. De acordo com o orçamento de 2021 estava previsto o montante de 4.305.232,49€, tendo sido realizado o montante de 3.526.823,66€, menos -778.408,83€ (-18%) que o previsto.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

No quadro seguinte apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:

Rubricas	Orçamento 2021	Realizado 2021	Desvio	%
GASTOS	4.712.557,47	4.234.683,15	-477.874,32	-10%
Fornecimentos e serviços externos	170.016,36	221.011,67	50.995,31	30%
Serviços especializados	34.346,36	95.224,70	60.878,34	177%
Trabalhos especializados	9.511,32	25.336,29	15.824,97	166%
Vigilância e segurança	2.285,04	3.289,71	1.004,67	44%
Honorários	1.500,00	2.713,00	1.213,00	81%
Conservação e reparação	20.600,00	63.885,70	43.285,70	210%
Materiais	10.150,00	20.571,73	10.421,73	103%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.000,00	8.656,77	3.656,77	73%
Livros e documentação técnica	0,00	369,00	369,00	100%
Material de escritório	1.550,00	3.224,39	1.674,39	108%
Outros	3.600,00	8.321,57	4.721,57	131%
Energia e fluidos	35.100,00	52.936,89	17.836,89	51%
Eletricidade	18.000,00	18.053,49	53,49	0%
Combustíveis	16.200,00	34.665,32	18.465,32	114%
Água	0,00	206,23	206,23	
Outros	900,00	11,85	-888,15	100%
Deslocações, estadas e transportes	4.040,00	17.163,46	13.123,46	325%
Deslocações e estadas	300,00	0,00	-300,00	-100%
Transportes de pessoal	0,00	63,55	63,55	100%
Transporte de mercadorias	1.500,00	11.586,60	10.086,60	672%
Outros	2.240,00	5.513,31	3.273,31	146%
Serviços diversos	86.380,00	35.114,89	-51.265,11	-59%
Rendas e alugueres	75.600,00	26.250,52	-49.349,48	-65%
Comunicação	4.800,00	4.557,57	-242,43	-5%
Seguros	0,00	58,93	58,93	100%
Contencioso e notariado	200,00	255,60	55,60	28%
Limpeza, higiene e conforto	4.820,00	2.783,48	-2.036,52	-42%
Outros serviços	960,00	1.208,79	248,79	100%
Gastos com o pessoal	212.182,62	262.837,06	50.654,44	24%
Remunerações do pessoal	170.631,74	229.885,11	59.253,37	35%
Encargos sobre remunerações	38.050,88	31.933,62	-6.117,26	-16%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	0,00	0,00	0,00	
Gastos de ação social	1.500,00	0,00	-1.500,00	-100%
Outros gastos com o pessoal	2.000,00	1.018,33	-981,67	-49%
Gastos de depreciação e de amortização	23.926,00	56.632,68	32.706,68	137%
Ativos fixos tangíveis	23.926,00	56.632,68	32.706,68	137%
Edifícios e outras construções	0,00	24.548,03	24.548,03	100%
Equipamento básico	4.810,00	8.177,63	3.367,63	70%
Equipamento de transporte	19.116,00	23.907,02	4.791,02	100%
Outros gastos e perdas	4.306.432,49	3.694.201,62	-612.230,87	-14%
Impostos	100,00	496,74	396,74	100%
Impostos diretos		442,50	442,50	
Taxas	100,00	54,24	-45,76	100%
Perdas em inventários	0,00	164.866,38	164.866,38	100%
Outras perdas	0,00	164.866,38	164.866,38	100%
Outros	1.100,00	2.014,84	914,84	83%
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	222,83	222,83	100%
Quotizações	0,00	80,00	80,00	100%
Outros não especificados	1.100,00	1.712,01	612,01	56%
Gastos com apoios financeiros concedidos a associados e utentes	4.305.232,49	3.526.823,66	-778.408,83	-18%
Subsídios, donativos, (Géneros alimentares doados)	4.305.232,49	3.526.823,66	-778.408,83	-18%
Gastos e perdas financiamento	0,00	0,12	0,12	100,00
Outros juros	0,00	0,12	0,12	100,00

Globalmente, consideramos que o orçamento previsional para o ano de 2021 foi cumprido, independentemente da variação em algumas rubricas.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3. ANÁLISE DA POSIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO

O Resultado Líquido do Período apresenta um valor positivo de 160.714,03€, sendo que em 2020 foi de 161.135,63€, ligeiramente inferior em -421,60€ (0,3%). Os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Instituição. O volume de rendimentos/réditos (*Subsídios de entidades públicas e donativos*) atingiu um valor de 4.385.344,03€, tendo em 2020 atingido o valor de 4.527.947,57€, representando uma variação ligeiramente negativa -142603,54€ (-3%). Esta diminuição é resultante da diminuição de distribuição de bens alimentares que atingiu um valor de 3.691.652,06€, tendo em 2020 sido de 3.993 348,82€, representando uma variação negativa de 301.696,76€. (-8%).

Descrição	2021	2020	Desvio	%
Subsídios de entidades públicas				
Centro Regional de Segurança Social	222.308,16	254.498,17	(32.190,01)	-13%
Subídio POAPMC	203.695,21	79.499,74	124.195,47	156%
IEFP	66.220,25	19.082,45	47.137,80	247%
Autarquias	60.800,00	34.000,00	26.800,00	79%
Sub-total	553.023,62	387.080,36	165.943,26	43%
Doações e Heranças:				
Donativos em numerário	118.605,03	147.518,39	(28.913,36)	-20%
Donativos em espécie	3.691.652,06	3.993.348,82	(301.696,76)	-8%
Consignação de IRS	22.063,32	-	22.063,32	100%
Sub-total	3.832.320,41	4.140.867,21	(308.546,80)	-7%
Total	4.385.344,03	4.527.947,57	(142.603,54)	-3%

O volume de Gastos/Perdas atingiu um valor de 4.234.683,15€, tendo em 2020 atingido o valor de 4.375.789,89€, representando uma variação de -141.106,74€ (-3%). Este desvio explica-se pela menor angariação de bens alimentares e sua distribuição às Instituições regulares durante o ano 2021, no montante de menos -375.895,47€ (-10%).

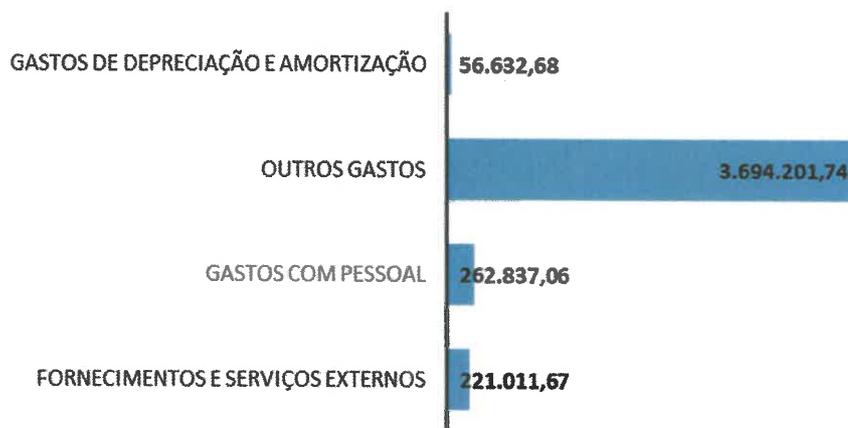
Apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da Instituição:

Rubricas	2021	2020	Diferença	%
Fornecimentos e serviços externos	221.011,67	164.207,97	56.803,70	35%
Gastos com o pessoal	262.837,06	196.143,37	66.693,69	34%
Amortizações do exercício	56.632,68	20.419,02	36.213,66	177%
Outros gastos:				
Géneros alimentares doados	3.526.823,66	3.902.719,13	- 375.895,47	-10%
Outros	167.378,08	92.300,40	75.077,68	81%
Total dos gastos	4.234.683,15	4.375.789,89	- 141.106,74	-3%

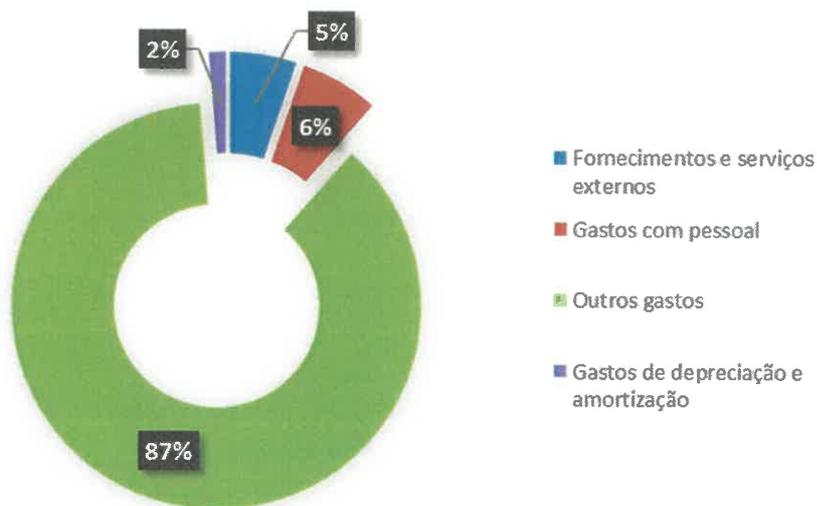


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Estrutura dos gastos



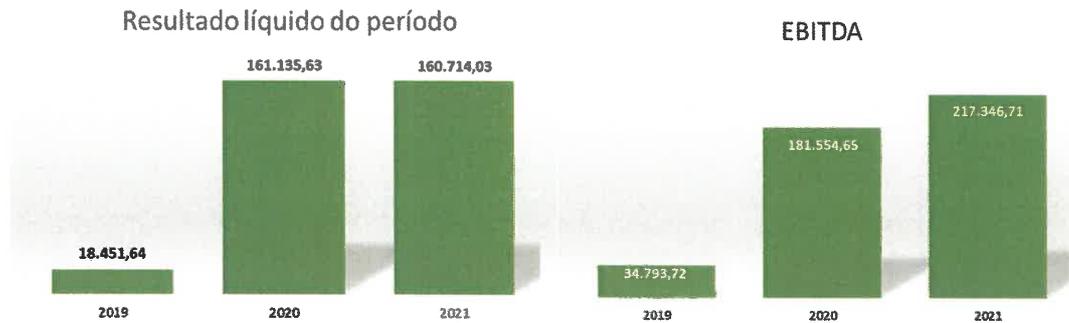
Estrutura de gastos percentuais





[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Instituição apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de Resultado Líquido do Período e de EBITDA:



A posição financeira da Instituição apresenta, também comparativamente com o ano anterior, uma autonomia financeira em 2021 de 51% (60% em 2020), e um endividamento de 49% (40% em 2020).

A situação descrita apresenta uma posição financeira favorável, onde não existem problemas de cumprimento de compromissos a prazo. O ciclo de exploração não apresenta necessidades de financiamento.

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Instituição através da análise dos seguintes itens da estrutura do balanço:

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	319.217,20	28 %	59.618,84	9 %
Ativo corrente	818.042,42	72 %	635.722,98	91 %
Total ativo	1.137.259,62	100 %	695.341,82	100 %

RUBRICAS	2021		2020	
Capital Próprio	574.525,15	51 %	413.811,12	60 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	562.734,47	49 %	281.530,70	40 %
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1.137.259,62	100 %	695.341,82	100 %



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. EXPECTATIVAS FUTURAS

Pensamos que no geral a Direção atingiu os objetivos que se propôs se tivermos presente o Plano de Atividades para 2021, constatamos que a maior parte de todas as suas vertentes foram concluídas, essencialmente, o aumento dos subsídios e donativos em numerário, conforme se pode analisar pelo mapa abaixo:

Descrição	2021	2020	Desvio	%
Centro Regional de Segurança Social	222.308,16	254.498,17	(32.190,01)	-13%
Subídio POAPMC	203.695,21	79.499,74	124.195,47	156%
IEFP	66.220,25	19.082,45	47.137,80	100%
Autarquias	60.800,00	34.000,00	26.800,00	79%
Donativos em numerário	140.668,35	147.518,39	(6.850,04)	-5%
Total	693.691,97	534.598,75	159.093,22	30%

Com a implementação de novos processos com consequências diretas na melhoria interna dos serviços, consideramos que a Instituição continuará a ter em 2022 um papel fundamental na angariação de subsídios e donativos das entidades publicas e privadas de forma a proporcionar um aumento na quantidade de alimentos doados.

Face ao referido, o princípio da continuidade afigura-se assegurado e com um nível de desempenho de maior qualidade e colaboração ao verificado no ano anterior.

5. INVESTIMENTOS

No exercício em apreço procedemos a investimentos no montante de 316.360,24€, dos quais destacamos o montante de 240.308,09€ referente à construção de novas instalações administrativas e técnicas, bem assim, como à remodelação das instalações existentes ao nível de paredes interiores e exteriores, e respetiva parte elétrica.

Procedemos igualmente à aquisição de uma viatura pesada de mercadorias com frio, para o apoio à distribuição de produtos alimentares referentes ao programa POAPMC, e abastecimento do BAS.



(Handwritten signatures and initials in blue ink)

Abaixo, o mapa com todos os investimentos efetuados em 2021:

Rubricas	2021
Construção e remodelação de instalações administrativas e de armazém	240 308,09
Aquisição de equipamento de ar condicionado	9 231,15
Aquisição de sistema de proteção contra incêndios	1 660,50
Empilhador Elétrico reconicionado	11 070,00
Porta paletes elétrico 1,500Kg	3 599,00
Porta paletes litio 1.200Kg	4 981,50
Veículo pesado de mercadorias - Matricula AD-70-QR	45 510,00
Total dos investimentos	316 360,24

6. FACTOS SUBSEQUENTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após termo do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2021.

7. SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL

A Instituição tem os respetivos compromissos regularizados perante a Segurança Social.

8. SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA

As responsabilidades da instituição perante a autoridade tributária e outros entes públicos encontram-se totalmente cumpridas.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 obteve um resultado líquido positivo de **160.714,03€**, pelo que a Direção propõe à Assembleia Geral a aprovação do presente Relatório de Atividades e Contas, bem a aplicação do Resultado Líquido do período para a conta de Resultados Transitados.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, com os seus contributos, nomeadamente, empresas e particulares doadoras de produtos alimentares, prestação de serviços e numerário, às cadeias de distribuição alimentar, ao ISS de Setúbal, às Autarquias e a muitas outras entidades porque a eles se deve muito do reconhecimento da valia das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa intervenção social.



Aos nossos Colaboradores e Voluntários deixamos uma mensagem de apreço pelo seu elevado profissionalismo e empenho, pois têm sido elementos fundamentais para o prestígio e sustentabilidade do **BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENÍNSULA DE SETÚBAL**.

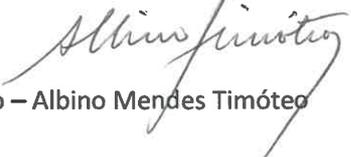
Por último, apresentamos um agradecimento especial à Mesa da Assembleia e ao Conselho Fiscal, pela voluntariedade no desempenho demonstrado nos cargos em exercício.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às Demonstrações Financeiras.

Palmela, 17 de março de 2022

A Direção

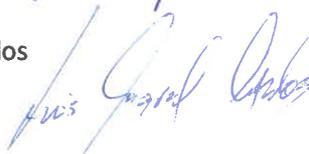

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha


Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna



Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos



Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira





Banco Alimentar contra a fome na península de Setúbal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária: Euros	
		31-12-2021	31-12-2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	316 892,91	57 165,35
Outros créditos e ativos não correntes	17.3	2 324,29	2 453,49
Total do ativo não corrente		319 217,20	59 618,84
Activo corrente			
Inventários	6	406 537,08	165 093,57
Créditos a receber	11.1	-	1 440,01
Diferimentos	17.2	1 451,06	914,75
Caixa e depósitos bancários	11.4	410 054,28	468 274,65
Total do ativo corrente		818 042,42	635 722,98
Total do activo		1 137 259,62	695 341,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.4	9 849,88	9 849,88
Resultados transitados	17.4	403 961,24	242 825,61
Resultado Líquido do período	17.4	160 714,03	161 135,63
Total dos fundos patrimoniais		574 525,15	413 811,12
Passivo corrente			
Fornecedores	11.2.1	18 480,52	14 910,53
Estado e outros Entes Públicos	17.1	5 352,44	4 483,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2.2	84 246,27	65 534,92
Diferimentos	17.2	406 537,08	165 055,59
Outros passivos correntes	11.2.3	48 118,16	31 546,11
Total do passivo corrente		562 734,47	281 530,70
Total do passivo		562 734,47	281 530,70
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 137 259,62	695 341,82

PALMELA, 17 de março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



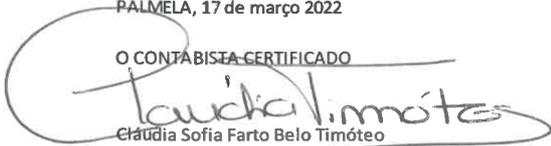
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Subsídios, doações e legados à exploração:		4 385 344,03	4 527 947,57
Subsídios de entidades públicas:		553 023,62	387 080,36
ISS, IP - Centros Distritais	7-10	426 003,37	353 080,36
Outras entidades públicas	7-10	127 020,25	34 000,00
Doações heranças e legados	7	3 832 320,41	4 140 867,21
Fornecimentos e serviços externos	12	(221 011,67)	(164 207,97)
Gastos com o pessoal	13	(262 837,06)	(196 143,37)
Outros rendimentos	14	10 053,15	8 977,95
Outros gastos	15	(3 694 201,74)	(3 995 019,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		217 346,71	181 554,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	(56 632,68)	(20 419,02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		160 714,03	161 135,63
Resultados antes de impostos		160 714,03	161 135,63
Resultado líquido do período		160 714,03	161 135,63

PALMELA, 17 de março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO


Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha


Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo


Secretário – Jaime Filipe Borges Puna


Vogal Lujs Miguel dos Santos Ferreira Carlos


Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

DESCRICÇÃO	Notas	Unidade Monetária:			
		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe			
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	17.4	9 849,88	224 373,97	18 451,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	17.4	-	65 326,15	(65 326,15)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			65 326,15	(65 326,15)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			-	161 135,63
	5			-	95 809,48
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1+2+3+5	17.4	9 849,88	289 700,12	114 261,12
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6		9 849,88	289 700,12	114 261,12
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	17.4	-	161 135,53	(161 135,63)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			161 135,53	(161 135,63)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			-	160 714,03
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					(421,60)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	10		-	-	-
	6+7+8+10	17.4	9 849,88	450 835,65	113 839,52

PALMELA, 17 de março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Claudia Sofia Farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha:

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Pina

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	Unidade Monetária: Euros		
	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		192 049,63	159 088,73
Pagamentos ao pessoal		262 101,21	200 215,45
Caixa gerada pelas operações		(454 150,84)	(359 304,18)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(794,16)	(7 786,20)
Outros recebimentos/pagamentos		452 352,49	408 355,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(1 004,19)	56 837,30
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	316 360,24	31 345,40
Investimentos financeiros	17.3	129,20	721,24
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(316 489,44)	(32 066,64)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	7	259 273,38	147 518,39
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,12	18,38
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		259 273,26	147 500,01
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(58 220,37)	172 270,67
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.4	468 274,65	296 003,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	410 054,28	468 274,65

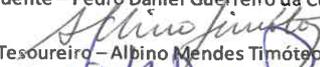
PALMELA, 17 de março 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Cláudia Sofia farto Belo Timóteo

A DIRECÇÃO


Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha


Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo


Secretário – Jaime Filipe Borges Puna


Vogal Luis Miguel dos Santos Ferreira Carlos


Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

- a) O BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME NA PENINSULA DE SETÚBAL foi constituído em 1997 e tem a sua sede social, no LUGAR VILA AMELIA LT 1001 FRC ABC, QUINTA DO ANJO, no Conselho PALMELA, distrito de SETÚBAL.
- b) É uma instituição sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS com a CAE 94995, que se dedica exclusivamente à Beneficência Humanitária. Presta apoio alimentar aos utentes mais carenciados contribuindo assim para uma melhoria da qualidade de vida da população da sua região.
- c) As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pela Instituição e estão em conformidade com as divulgações exigidas por cada uma das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (“NCRF/ESNL”) que se aplicam à atividade desenvolvida pela Instituição. As NCRF/ESNL não divulgadas nestas notas não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.
- d) As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico onde a Instituição opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere “Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

- a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).”.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DA NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ESNL QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR, BEM COMO AS QUANTIAS RELATIVAS AO PERÍODO ANTERIOR QUE TENHAM SIDO AJUSTADAS.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2020.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

CONTINUIDADE:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'E', a signature, and the word 'Jee' at the bottom.]

MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

COMPENSAÇÃO:

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

INFORMAÇÃO COMPARATIVA:

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros activos fixos tangíveis	1 a 10

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

a2) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção foram reconhecidas como gastos.



O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime anual.

a3) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Instituição analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos, os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Instituição reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados por naturezas. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a4) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a5) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'E' and several other illegible signatures.]

financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

a6) Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Banco Alimentar adota como método de custeio dos inventários o “custo de aquisição”, considerando a tabela de preços em vigor para a Federação dos Bancos Alimentares.

a7) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

a8) Imposto sobre o rendimento

A Instituição é uma pessoa coletiva de utilidade pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou



dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

A Instituição não estimou imposto sobre o rendimento dado que a atividade de prestação de serviços em que está inserida se encontra isenta do respetivo pagamento de imposto.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2018a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

a9) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Fornecedores e outras dívidas a pagar:

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.



As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos:

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivas correntes, a não ser que a Instituição tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários:

Os montantes incluídos na rubrica “*caixa e seus equivalentes*” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo:

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações:

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a10) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio



[Handwritten signatures in blue ink]

de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

a11) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Instituição.

a12) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Direção na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis



- dos ativos, do método de depreciação/ amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;
- Provisões: A Direção analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e
 - Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2 ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

A preparação e apresentação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021, aplicou-se o normativo para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.3 - CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Rubricas	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo			
Edifícios e outras construções	79 061,51	241 968,59	321 030,10
Equipamento básico	160 221,34	9 231,15	169 452,49
Equipamento de transporte	153 117,61	65 160,50	218 278,11
Equipamento administrativo	38 340,39	-	38 340,39
Outros activos fixos tangíveis	21 321,67	-	21 321,67
Total	452 062,52	316 360,24	768 422,76
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	74 406,62	24 548,03	98 954,65
Equipamento básico	137 621,72	8 177,63	145 799,35
Equipamento de transporte	130 740,77	23 907,02	154 647,79
Equipamento administrativo	37 521,39	-	37 521,39
Outros activos fixos tangíveis	14 606,67	-	14 606,67
Total	394 897,17	56 632,68	451 529,85
Ativo líquido em 31/12/2021	57 165,35	259 727,56	316 892,91

Rubricas	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo:			
Edifícios e outras construções	73 889,41	5 172,10	79 061,51
Equipamento básico	147 478,34	12 743,00	160 221,34
Equipamento de transporte	147 221,31	5 896,30	153 117,61
Equipamento administrativo	37 521,39	819,00	38 340,39
Outros activos fixos tangíveis	14 606,67	6 715,00	21 321,67
Total	420 717,12	31 345,40	452 062,52
Depreciações acumuladas:			
Edifícios e outras construções	73 889,41	517,21	74 406,62
Equipamento básico	130 067,50	7 554,22	137 621,72
Equipamento de transporte	118 393,18	12 347,59	130 740,77
Equipamento administrativo	37 521,39	-	37 521,39
Outros activos fixos tangíveis	14 606,67	-	14 606,67
Total	374 478,15	20 419,02	394 897,17
Ativo líquido em 31/12/2020	46 238,97	10 926,38	57 165,35



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Z', 'A', 'J', 'C', 'S', 'J', 'J']

5. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Instituição não tinha qualquer financiamento obtido, quer em empréstimos bancários ou em locações.

6. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da Instituição, detalham-se no quadro que se segue:

Descrição	2020		2021
	Mercadorias	Mercadorias	Mercadorias
Existências iniciais	248 832,42		165 093,57
Compras			-
Reclassificações e regularizações	3 818 980,28		3 768 267,17
Regularização de existências	(3 902 719,13)		(3 526 823,66)
Existências finais	165 093,57		406 537,08

De referir que os valores das reclassificações e regularizações se referem a bens alimentares (donativos de bens alimentares) pelo que o “custo de aquisição” considerado é a tabela de preços em vigor para a Federação dos Bancos Alimentares.

7. RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2021 e 2020, apresentam-se no quadro seguinte:

Descrição	2021	2020
Subsídios de entidades públicas		
Centro Regional de Segurança Social	222 308,16	254 498,17
Subídio POAPMC	203 695,21	79 499,74
IEFP	66 220,25	19 082,45
Autarquias	60 800,00	34 000,00
Sub-total	553 023,62	387 080,36
Doações e Heranças:		
Donativos em numerário	118 605,03	147 518,39
Donativos em espécie	3 691 652,06	3 993 348,82
Consignação de IRS	22 063,32	-
Sub-total	3 832 320,41	4 140 867,21
Total	4 385 344,03	4 527 947,57



8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos períodos de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões, pelo facto de não existir qualquer processo em curso que dê origem à sua constituição.

Na data de relato, não são conhecidos quaisquer passivos contingentes que possam dar origem a exfluxo futuro.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição é uma pessoa coletiva de utilidade pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A prestação de serviços aos utentes, as quotas dos associados e as participações do ISS, são rendimentos não sujeitos ou isentos.

10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas foram registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento.

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios das entidades públicas” e “Subsídios de outras Entidades”:

Descrição	2021	2020
Subsídios de entidades públicas:		
Centro Regional de Segurança Social	222.308,16	254.498,17
Subídio POAPMC	203.695,21	79.499,74
IEFP	66.220,25	19.082,45
Autarquias	60.800,00	34.000,00
Total dos subsídios	553.023,62	387.080,36



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “*Outros créditos a receber*” apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c:		
Outros Devedores	-	1 440,01
Total	-	1 440,01

11.2 FORNECEDORES, OUTROS PASSIVOS CORRENTES, MEMBROS E CRÉDITOS A RECEBER

11.2.1 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “*Fornecedores*” apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2021	2020
Fornecedores c/c	18 480,52	14 910,53
Total	18 480,52	14 910,53

11.2.2 BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “*Associados/Membros*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Passivo:		
Outras Operações com Mediadores- Reembolso PO-APMC	84 246,27	65 534,92
Total	84 246,27	65 534,92

O montante acima referido tem a natureza de subsídio não reembolsável transferido pelo ISS ao abrigo do projeto “*POAPMC*”, depositado em conta bancária do BAS, que se destina posteriormente a ser transferido para as mediadoras que fazem parte do referido programa.



11.2.3 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “*Outros passivos correntes*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
	Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	39 013,92	23 870,02
Outros credores por acréscimos de gastos	3 018,09	576,48
Outros passivos correntes:		
Remunerações a pagar ao pessoal	-	380,46
Outros credores	6 086,15	6 719,15
Total	48 118,16	31 546,11

11.3 RECONHECIMENTO DAS PERDAS POR IMPARIDADE DOS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Instituição não reconheceu qualquer perda de imparidade de créditos a receber, dado não existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

11.4 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de “*Caixa*” e “*Depósitos bancários*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Caixa	4 419,98	2 139,35
Depósitos:		
Depósitos à ordem	405 634,30	466 135,30
Total	410 054,28	468 274,65

Os depósitos bancários indicados encontram-se registados e formalizados nas instituições financeiras Millennium BCP e Montepio Geral.



12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com a rubrica de “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados:	95 224,70	41 586,31
Trabalhos especializados	25 336,29	14 192,16
Publicidade e propaganda	-	2 673,12
Vigilância e segurança	3 289,71	2 456,33
Honorários	2 713,00	-
Comissões	-	13,29
Conservação e reparação	63 885,70	22 251,41
Materiais:	20 571,73	8 906,44
Ferramentas e utensílios desg.rápido	8 656,77	6 938,63
Livros e documentação técnica	369,00	369,00
Material de escritório	3 224,39	1 412,47
Produtos hortícolas	-	113,54
Outros	8 321,57	72,80
Energia e fluidos:	52 936,89	42 465,33
Electricidade	18 053,49	20 808,90
Combustíveis	34 665,32	21 627,68
Água	206,23	-
Outros	11,85	28,75
Deslocações, estadas e transportes:	17 163,46	10 682,08
Deslocações e estadas	-	1 380,49
Transporte pessoal	63,55	40,00
Transporte de mercadorias	11 586,60	5 866,70
Portagens/Estacionamentos	-	2 754,50
Outros	5 513,31	640,39
Serviços diversos:	35 114,89	60 567,81
Rendas e alugueres	26 250,52	45 413,42
Comunicação	4 557,57	4 919,14
Seguros	58,93	350,46
Contencioso e notariado	255,60	20,71
Despesas de representação	-	166,55
Serviços de limpeza, higiene e conforto	2 783,48	9 050,62
Outros serviços	1 208,79	646,91
Total	221 011,67	164 207,97



13. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com a rubrica “*Gastos com o pessoal*” incorridos nos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	229 885,11	167 114,36
Encargos sobre as Remunerações	31 933,62	27 813,30
Outros Gastos com o Pessoal	1 018,33	1 215,71
Total	262 837,06	196 143,37

O número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 10 (10 em 2020), conforme quadro seguinte:

Categoria Profissional	Nº de Postos de Trabalho	
	2021	2020
CHEFE DE SERVIÇOS	1	1
ASSISTENTE SOCIAL DE 1ª	1	1
EDUCADOR SOCIAL DE 2ª	1	-
TÉCNICO AUXILIAR SERVIÇO SOCIAL DE 2ª	2	-
ESCRITURÁRIA DE 2ª	1	1
RESPONSÁVEL DE ARMAZÉM	-	1
FIEL DE ARMAZÉM 1ª	1	-
FIEL DE ARMAZÉM 2ª	2	3
FIEL DE ARMAZÉM 3ª	1	3
Total	10	10

Através do programa “**MARES**”, programa protocolado entre o BAS e o IEFP, em 31 de dezembro de 2021 encontravam-se colocados 8 bolseiros, sendo a bolsa paga em 90% pelo IEFP e 10% pela Instituição, acrescido de subsídio de refeição e de transporte.

14. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica “*Outros rendimentos e ganhos*” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontra-se discriminada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	915,64	861,41
Correções relativas a períodos anteriores	-	330,34
Restituição de impostos	794,16	7 786,20
Outros rendimentos	0,50	-
Total	10 053,15	8 977,95



15. OUTROS GASTOS

A rubrica de “*Outros gastos*” incorridos nos períodos de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Impostos	496,74	162,72
Perdas em inventários	164 866,38	90 741,60
Correções relativos a exercícios anteriores	222,83	615,70
Donativos - Géneros alimentares doados	3 526 823,66	3 902 719,13
Quotizações	80,00	30,00
Outros gastos	1 712,01	732,00
Outros juros	0,12	18,38
Total	3 694 201,74	3 995 019,53

16. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica “*Gastos/Reversões de depreciação e amortização*” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontram-se discriminados da seguinte forma:

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2021	2020
Activos Fixos Tangíveis:		
Edifícios e outras construções	24 548,03	517,21
Equipamento Básico	8 177,63	7 554,22
Equipamento de Transporte	23 907,02	12 347,59
Total	56 632,68	20 419,02

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “*Estado e outros entes públicos*” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Passivo:		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 332,00	1 145,00
Segurança Social	2 960,33	3 031,02
Outras Tributações	60,11	307,53
Total	5 352,44	4 483,55



17.2 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer:		
Seguros	454,46	-
Outros	996,60	914,75
Total	1 451,06	914,75
Rendimentos a reconhecer		
Diferimento de existências	406 537,08	165 055,59
Total	406 537,08	165 055,59

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeito durante o período de 2022.

17.3 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foram reconhecidas como ativos financeiros disponíveis para venda ao Justo valor. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. Os montantes mensais para o FGCT foram reconhecidos como gastos com o pessoal, na rubrica “Encargos sobre remunerações”.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de “Outros Ativos Financeiros” apresentava a seguinte composição:

ENTIDADES	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Outros Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação Trabalho (FCT)	2 453,49	580,55	(709,75)	2 324,29
Total	2 453,49	580,55	(709,75)	2 324,29
ENTIDADES	2020			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Outros Investimentos Financeiros:				
Fundo de Compensação Trabalho (FCT)	1 732,25	721,24	-	2 453,49
Total	1 732,25	721,24	-	2 453,49



17.4 FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica dos “*Fundos patrimoniais*” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	9 849,88	-	-	9 849,88
Resultados transitados	242 825,61	161 135,63	-	403 961,24
Resultado líquido do exercício	161 135,63	160 714,03	(161 135,63)	160 714,03
Total	413 811,12	321 849,66	(161 135,63)	574 525,15

17.5 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

17.7 DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 17 de março de 2022.



Palmela, 17 de março de 2022

A Contabilista Certificada

Cláudia Sofia Farto Belo Timóteo

Presidente – Pedro Daniel Guerreiro da Cunha

Tesoureiro – Albino Mendes Timóteo

Secretário – Jaime Filipe Borges Puna

Vogal Luís Miguel dos Santos Ferreira Carlos

Vogal – Ana Maria Vasques Castanheira